



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VANESSA BARBOSA DE BRITO

Creche na Assistência:
O atendimento pontual para quem não podia contar nem esperar pela
elaboração de propostas pedagógicas educacionais.

Rio de janeiro
Dezembro de 2007



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VANESSA BARBOSA DE BRITO

Creche na Assistência:

O atendimento pontual para quem não podia contar nem esperar pela elaboração de propostas pedagógicas educacionais.

Monografia apresentada à faculdade de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção Do grau de licenciatura em - Pedagogia.

Orientadora: Sandra Sousa

Rio de Janeiro
Dezembro de 2007

Epígrafe

O fato é que o sistema educacional não incorporou a criança pré-escolar porque não tem tradição para isso. Não sabe dialogar simultaneamente com questões sociais e educacionais fincadas na própria raiz da educação infantil. E segue com a tendência de enquadrar essas crianças no ensino formal, na estrutura existente, "com seus paradigmas e seus conceitos seriados de ensino-aprendizagem, que não se aplicam à criança pré-escolar",

Lenira Haddad

Dedicatória

Dedico esta conquista, especialmente a DEUS, já que Ele é o centro de tudo. e sempre me concedeu forças para cumprir mais esta jornada em minha vida.

Aos meus filhos, Maria Beatriz e Yuri, pela paciência e compreensão, nas horas em que estive ausente. Eu amo muito vocês.

A Antonia, minha amada mãe, pelo apoio e torcida dos últimos meses, além do seu empenho, juntamente a meu pai, no cuidado aos meus filhos nos momentos em que precisei.

A minha querida irmã e sua família, pois sempre estiveram presentes me auxiliando no que fosse preciso.

A assistente social Nádia, que por ser uma pessoa tão especial, mesmo tendo a conhecido só há alguns meses, por ter mudado os rumos desta pesquisa com suas contribuições.

Ao meu marido que desde a época das provas do vestibular sempre me acompanhou e vibrou comigo a cada etapa vencida.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, aos meus familiares e a todos que torceram por mim. A professora e orientadora Sandra Souza que com capacidade, competência e paciência, me orientou neste trabalho. Só uma pessoa de coração humano para entender o que eu estou passando no momento.

Deixo aqui registrado o meu muito obrigado.

Resumo

Esta monografia busca investigar o trabalho pedagógico desenvolvido nas creches públicas do município do Rio de Janeiro durante o período em que, a então, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), hoje SMAS, foi responsável pelas as creches públicas. A partir da leitura de documentos e pesquisa bibliográfica, há o resgate da história do surgimento da SMDS, pois esta Secretaria acompanhou a implementação da rede de creches comunitárias no município do Rio de Janeiro, que foram o pontapé inicial para a implantação de políticas sociais neste segmento. Assim como também há uma breve explicação a respeito desse processo de implementação das políticas sociais voltadas para educação infantil.

Palavras-chave: Creches- Assistência – Educação Infantil

Sumário

INTRODUÇÃO _____	08
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA _____	11
I. PARTE	
1979 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SMDS _____	12
II. PARTE	
1992 - A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA _____	21
III. PARTE	
2001- “CRECHE É EDUCAÇÃO E NÃO ASSISTÊNCIA” _____	27
CONCLUSÃO _____	33
BIBLIOGRAFIA _____	35

INTRODUÇÃO

Grandes mudanças aconteceram no campo do atendimento a criança de zero a 6 anos no Brasil nos últimos anos, mas, sobretudo estas mudanças são frutos de um processo que teve seu início na década de 80. O atendimento à criança de 0 a 6 anos, no País teve início há mais de cem anos e, na década de 70, se expandiu de forma expressiva. Isto aconteceu em função de vários fatores como: processo de urbanização, participação da mulher no mercado de trabalho e a luta dos movimentos sociais. No entanto essa expansão não foi acompanhada pela área educacional e sim por políticas sociais emergenciais de cunho assistencialista

Devido ao fato da origem das creches estarem intrinsecamente ligadas aos movimentos sociais e suas demandas e seu surgimento ter um forte vínculo com as políticas de assistência social, justifica-se o fato do cuidar estar historicamente ligado à assistência e assim se instaurou um grande debate entre educação e assistência no que diz respeito ao “cuidar e educar”.

Atualmente, com a incorporação das creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, como primeira etapa da educação básica, tem estado na pauta das discussões o “educar/cuidar”, pensando-se como devem ser orientadas as interações entre adultos e crianças e criança e crianças dentro destas instituições públicas destinadas aos menores de 4 anos.

Paralelamente, hoje, a Secretaria Municipal de Educação tem assumido a responsabilidade pela administração pública das creches do município do Rio de Janeiro e parece ter dois desafios: aumentar o número de oferta de vagas para atender a demanda da população até 4 anos e qualificar este serviço.

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação¹, durante esses três últimos anos de gestão, do Prefeito César Maia aumentou-se significativamente a oferta de vagas na Educação Infantil, que hoje atende a 95.672 crianças, na faixa etária compreendida entre 4 e 5 anos e 11 meses, além de 19.929 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses em creches.

Diante desses dados verificamos o expressivo número de atendimento no segmento de 4 a 6 anos. Contudo em relação ao segmento creche responsável pelas crianças de 0 a 3 anos vemos como ainda é baixo o número de crianças atendidas. Nesse sentido podemos ver que mesmo com todo o aparato legal sendo

¹ Dados retirados site da SME-Rj - <http://www.rio.rj.gov.br/sme/index.php>

este a regulamentação da educação infantil como direito da criança e dever do Estado na Constituição Federal de 1998, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei Federal nº 8.742/1993 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação /1996, não foram o bastante para que os governantes assegurassem que esse segmento abrangesse a toda população.

Partindo do pressuposto da situação atual das creches atualmente já instituídas aos sistemas de ensino do município, pretendo rememorar o seu passado na assistência.

Assim partindo deste pressuposto pretendo resgatar a história da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)² que surgiu com uma missão de otimizar o atendimento às demandas sociais do município, através das políticas sociais e dos serviços por elas prestados. Sendo um dos seus primeiros programas sociais o atendimento a creches e escolas comunitárias.

Esta monografia pretende buscar conhecer o trabalho educativo que existia nas creches da assistência quando estas estavam sobre a responsabilidade da SMDS durante o período de 1979 a 2002.

Para conhecer o trabalho educativo das creches pressupõe conhecer as orientações e encaminhamentos dados pelo seu órgão gestor (SMDS), portanto conhecer as propostas pedagógicas feitas por estes. Para tanto, escolhi três datas como referenciais para este trabalho. São elas 1979, 1992, e 2001

Contudo, esta minha enorme necessidade de pesquisar a história desse seguimento se justifica pela minha história de vida. E por acreditar que mergulhando no passado descobrimos a origem do presente vou contar um pouco da minha história.

Meu interesse pela Educação Infantil em especial pelo segmento creche surgiu da minha experiência vivida como educadora em uma creche de origem comunitária, durante quatro anos, e aumentou ainda mais com a maternidade.

A creche na qual eu trabalhei foi fundada pela comunidade, atualmente ela já se encontra municipalizada. Sua historia começou com um grupo de mulheres que representava a Pastoral da Criança de uma paróquia na comunidade de Senador Câmara. Estas mulheres atuavam na comunidade voluntariamente realizando várias ações junto às crianças e suas famílias.

² A partir de maio de 2004 a SMDS passou a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. Neste estudo, porém, o órgão será citado com a nomenclatura da época em análise.

Todo o trabalho dessa pastoral sempre foi acompanhado com muito afinco pelo pároco responsável pela paróquia, este padre que era recém chegado da Polônia tinha um forte ardor missionário. Atuando sempre em conjunto com as líderes comunitárias, detectaram que uma das maiores necessidades das mulheres atendidas era ter uma creche para colocar seus filhos e assim possibilitar a busca de trabalho para contribuir na renda familiar. Nesta comunidade não havia creches públicas e nem particulares. Vendo esta dura realidade, Padre Cristóvão³ assumiu o compromisso de construir uma creche para a comunidade. Sendo assim, para realizar seu objetivo, foi em busca de financiamento internacional para a construção, pois o terreno a igreja já possuía. Com todo o seu empenho o padre conseguiu os recursos necessários e a creche “Nossa Senhora da Lapa” foi construída.

Mesmo sendo ainda uma menina, quando ocorreram todos esses fatos, a minha ligação com toda essa história foi intensa, pois minha mãe era uma das líderes comunitárias e sempre que era possível eu a acompanhava nas suas ações e meu pai ajudou na obra da construção do prédio.

Após esta narrativa fica claro que o motivo da escolha deste tema para a minha monografia, é primeiramente pessoal, mas a sua contribuição social se fundamenta na perspectiva de que conhecendo o passado das creches no âmbito da assistência, contribui-se para o seu presente na educação.

³ Pároco da paróquia Nossa Senhora da Lapa, localizada em Senador Camará.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

O estudo para a realização deste trabalho se deu através de uma pesquisa bibliográfica no qual foram utilizados livros, publicações e documentos na área de Educação Infantil e Assistência Social no que tange ao segmento creche.

Devido à escassez bibliográfica em relação à trajetória histórica do tema abordado, foi necessário colher dados junto ao setor de memória da Secretaria Municipal de Assistencial Social (SMAS). De maneira que tive acesso a materiais que fundamentaram os dados referentes à história da SMDS citados neste trabalho. Vale ressaltar que durante esta visita ao Memorial da SMAS os dados também foram coletados por meio de conversas informais com funcionários que acompanharam a transição das secretarias

Depois da coleta de material bibliográfico sobre o tema, selecionei o que servia aos meus anseios, já que pretendo abordar o trabalho educativo que existia nas creches da assistência quando estas estavam sobre a responsabilidade da SMDS, durante o período de 1979 a 2002. De maneira que escolhi três datas como referenciais para este trabalho. São elas 1979, 1992, e 2001, sendo assim, a presente monografia está dividida em três capítulos intitulados partes I, II e III que tratam de um breve histórico das ações das secretarias SMDS, SMAS e SME em relação ao segmento creche nas datas acima citadas.

PARTE I

1979 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SMDS

O presente capítulo apresenta uma recuperação do histórico de atendimento prestado as primeiras creches do Município do Rio de Janeiro, pela Secretária Municipal de Assistência Social (SMDS) que atualmente depois de passar por reformulações passou a se chamar Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

A SMDS teve origem nos Serviços sociais Regionais. Estes surgiram como uma proposta de descentralização administrativa em 1962, nesta época na cidade do Rio de Janeiro estava deixando de ser Distrito Federal para se estruturar no mais novo Estado da Federação, o Estado da Guanabara.

Na década de 70 através do decreto “E” n 4022 de 22/07/70, foi criado o departamento de Serviço social, da Secretaria de Serviços sociais, este tinha a finalidade de “promover a execução da política de bem-estar social da Secretaria de Serviços Sociais, através de um programa sócio-educativo-assistencial nas comunidades do Estado da Guanabara”

O programa principal deste Departamento de Serviço Social era o desenvolvimento comunitário. Tendo como objetivos gerais: propiciar o aprimoramento das relações sócio-comunitárias do Estado; Proporcionar melhor aproveitamento dos recursos públicos e particulares pela população, orientar e incentivar a realização de atividades de promoção humano-social pelas Entidades de Assistência social. *“Nessa época os programas e projetos dos Serviços sociais Regionais eram praticamente centralizados nas favelas. Eram poucas as associações de moradores existentes de favelas existentes. A orientação era para se incentivar a formação das mesmas cabendo aos Assistentes Sociais um trabalho de base para a sua organização, na medida em que as comunidades desconheciam o que era uma Associação de moradores, o papel de cada membro da Diretoria, a elaboração de estatutos; não havia enfim na história dessas comunidades nenhuma experiência de vida associativa organizada formalmente”* (TAVARES In: Ramos,1993).

Esse grande interesse demonstrado pelo poder público em estimular dentro das favelas a organização de representações comunitárias é tido como uma forma de facilitar a relação entre o Estado e a população e uma forma de controlar a população das favelas que naquela época estavam crescendo de forma caótica e desestruturada carentes de projetos de infra-estruturas.

Em 1975 tendo sido formulada a estrutura orgânica do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, foi criada através do decreto Lei nº 2 de 02/06/1975 a "Coordenação de Bem Estar Social" que ficou diretamente vinculada ao gabinete do Prefeito, como órgão de Apoio Técnico e Administrativo. Esta tinha a finalidade de suscitar a melhoria da qualidade de vida da população do Município do Rio de Janeiro, através da participação direta da comunidade na definição e execução de programas de bem estar social. De maneira que os programas e projetos desta coordenadoria de Bem Estar estavam voltados para as seguintes prioridades:

- Atendimento ao menor e á família com projetos das Creches Casulo (convenio com a LBA)
- Atendimento para o trabalho: Programa de integração profissional Comunidades Empresas (PCIPCE) – Projeto Posto de Emprego.
- Documentação: projetos de implementação de Unidades Operacionais volantes (Mutirões de prestação de serviço, projeto cidadão).
- Famílias Solidárias – Atividades voltadas ao menor carente, sendo que a criança ficava sob o cuidado de uma "guardadeira", que eram mulheres residentes nas comunidades, enquanto as mães estavam liberadas para o trabalho.
- Assessoramento técnico a Obras sociais e grupos Comunitários envolvendo o trabalho com voluntário.
- Lazer: Projetos Culturais, recreativos e esportivos.
- Defesa Civil

No ano de 1979 o Decreto nº 2290 de 20/09/79 transformou a Secretaria Municipal de Turismo em Secretaria Municipal de Desenvolvimento social (SMDS), esta supostamente foi criada com a finalidade de

Promover o Bem-Estar, através de iniciativas próprias e de articulação de programas e ações vinculadas ao poder público ou à iniciativa privada, com vistas a excluir ou reduzir os desequilíbrios sociais existentes, cuidando também de promover estudos e pesquisas sobre o universo social da cidade do Rio de Janeiro visando à correta definição de prioridades para o bem estar da população. (Documento SMDS- 1997)

No que se refere a esse início da história da SMDS Marcos Candau o primeiro secretário desta secretaria relata que quando o governador Chagas Freitas nomeou Israel Klabin como prefeito, este “queria criar uma secretaria de desenvolvimento social (...) a grande preocupação dele era a área da favela, achava que tínhamos que atacar o problema” (SMAS, 2004, P.43)

Então em 1979 surgiu a Secretaria de Desenvolvimento Social SMDS que se tornou responsável por cuidar especialmente da população favelada e dos bairros proletários do Rio, visando a reurbanização destes espaços e a oferta de serviços públicos nas áreas de saneamento, educação e saúde. A SMDS passou a dar apoio às pré-escolas comunitárias e projetos já existentes.

Logo após o início da SMDS, através do Decreto nº de 20/09/1979 a Coordenação de Bem Estar Social e coordenação das regiões administrativas até então vinculadas ao gabinete do Prefeito, passaram a compor a Secretaria Municipal de desenvolvimento social.

A partir deste decreto, os órgãos de apoio técnico compreendiam a:

- 1) coordenação de Bem-Estar Social – CBE
- 2) coordenação de Desenvolvimento Comunitário – CDC
- 3) coordenação das Regiões Administrativas – CRA

Para auxiliar a SMDS na questão financeira, esta se juntou ao “Fundo Rio” que era uma fundação que tratava de ações sociais que após a criação da SMDS passou a ser um entidade com personalidade jurídica de natureza autárquica, que dava suporte econômico financeiro a essa secretaria” (Tavares, in.: Ramos, 1993)

Segundo depoimento do Marcelo Garcia (atual secretário da SMA) o Fundo Rio era uma fundação que tratava de ações sociais para testar metodologias e que com a criação da SMDS ele passou a ser uma fundação de captação de recursos e mais tarde, equivocadamente virou um mero carimbador de convênios. (SMAS, 2004, p.090)

Ainda na questão da criação da SMDS, foi de suma importância a elaboração de um projeto que tinha apoio integral do Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Por meio do Fundo Rio o UNICEF repassava as verbas para a implementação dos projetos Mutirão, Saúde Materno Infantil e Escolas Comunitárias. Ao Município cabia apoiar iniciativas comunitárias, utilizando espaços físicos e mão-de-obra local.

É importante frisar que a SMDS e o UNICEF escolheram como primeiro foco de intervenção a Favela da Rocinha por conta desta já ter organizado um movimento comunitário. Abaixo temos um exemplo de como se deu a primeira creche da Rocinha organizada por uma ONG chamada Campo em parceria com a comunidade.

A história das creches assessoradas pelo Campo começou bem antes da existência da instituição. No início da década de 70, o fundador Cristiano Camerman ajudou a revitalizar a organização não governamental Ação Social Padre Anchieta (ASPA), na Rocinha, que havia interrompido suas atividades. Ele reuniu jovens moradores e voluntários de fora para desenvolver projetos sociais na localidade. E percebendo uma vontade da comunidade em ter uma creche, buscou recursos para a obra. As primeiras agências de cooperação a dar apoio foram a católica alemã Misericórdia e a evangélica Brot Für Die Welt. Em 1975, o sonho virou realidade. Foi criada a primeira Creche Comunitária na Rocinha e gerida pela própria população. (Uma história em Campo 2002 p.23)

As ações integradas pela parceria SMDS/UNICEF se davam por meio da metodologia de trabalho da UNICEF, que consistia em um projeto em parceria com a comunidade, um projeto composto por três núcleos: o de saneamento, saúde e educação. De acordo com as fontes documentais, é pertinente afirmar que essas três áreas atendidas pelo projeto (saneamento, educação e saúde) eram voltadas especificamente para ampliar as experiências das escolas comunitárias com crianças de 7 a 14 anos. Assim é relevante apontar que foi em entorno da construção de uma proposta de educação com crianças de 7 a 14 anos que se exigiu nas comunidades o atendimento à criança do pré-escolar, e que só posteriormente é que a construção de creches comunitárias passou a ser uma das prioridades.

A primeira forma de atendimento voltado para a criança menor de 6 anos foi o projeto famílias solidárias ou mães crecheiras que se constituía como um trabalho de guarda das crianças, era reservado as mulheres que não se inseriam no mercado de trabalho, e não era necessária nenhuma formação escolar, uma vez que,

seguindo ideologia dominante de que a mulher possui um “dom natural” a concepção que se tinha era de que só uma presença feminina e alimentação bastavam. No entanto, para manter o controle existia o trabalho de técnicos da SMDS para supervisionar.

O objetivo central deste tipo de atendimento era liberar a mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho, guardando e alimentando as crianças, durante o dia inteiro. Nesta época ainda não existia um caráter pedagógico nas ações com as crianças.

Em 1984, foi realizado o primeiro concurso público para esta secretaria este concurso não foi somente dirigido para profissionais com formação na área de assistente social, mas abrangeu todas as áreas afins. A partir da tomada de posse desses profissionais, eles passaram a atuar como funcionários públicos para os Serviços Sociais Regionais que se localizavam nas regiões administrativas.

Nesse período começou a ser detectado uma demanda pela ação de profissionais que realmente lidassem e entendessem a problemática social assim a secretaria passou atuar com os concursados, mas, manteve os agentes comunitários como forma de inserção nas favelas.

A partir do ano de 1983 iniciou-se um processo de avaliação negativa do então projeto creche domiciliar, com isso este projeto, acabou sendo desativado em 1985. No relatório deste, elaborado em dezembro de 1985, é apresentada a seguinte justificativa para a desativação do projeto:

É importante ressaltar que a causa determinante do aparecimento das “crecheiras” (creches domiciliares) é determinada pelo ponto de vista econômico para liberar a mãe para o trabalho e que até hoje é utilizada em muitas comunidades, como único recurso existente. A transformação desse tipo de atendimento nas comunidades apontadas acima, se deveu à tentativa de resposta mais satisfatória aos problemas das mães e das crianças, pois houve consenso de que, na prática, o atendimento domiciliar revelou-se inadequado: Pela própria condição do espaço recebendo no Maximo 3 crianças par residência. Precariedade das residências Alimento fornecido para a criança utilizado para todos os membros da família; Idade geralmente avançada da guardadeira; Situação de abandono e falta de estímulos da criança “guardada”. (SMDS, 1985,P.7 e 8)

Finalmente em 1985 se deu o término do projeto creches domiciliares, mas a demanda por creches só aumentava pois, estávamos vivendo um contexto social econômico com a expansão setor de serviços, onde cada vez mais as portas de

trabalho se abriam para as mulheres mas, estas para se inserir neste mercado precisavam ter um local onde deixar os seus filhos.

A partir de então a SMDS deu se inicio a um projeto constituição de creches em centros comunitários já existentes ou em espaços cedidos pela própria comunidade.

“Para atender à mãe que trabalhava e satisfazer às necessidades básicas das crianças, com atividades de estimulação essencial e atendimento psico-pedagógico, as creches vêm trabalhando em período integral, abrangendo a faixa etária de 1 a 6 anos.” (SMDS, 1985, P. 8)

No início este projeto foi constituído de forma meio que informal e “doméstico”, os responsáveis pelo desenvolvimento destes projetos junto às crianças eram moradores das comunidades, em geral mulheres, contratados pela prefeitura como prestadores de serviço. Assim, formou-se a categoria de “Agentes Comunitários” composta por educadores e merendeiras”. O critério de seleção para essas funções era o do envolvimento com os trabalhos comunitários e a atuação com crianças. O nível de escolaridade não era um fator determinante para a contratação.

Nesta época havia uma equipe técnica multidisciplinar que orientava e acompanhava as práticas desenvolvidas nestas creches, estes técnicos tinham formação de nível superior em diversas áreas como: pedagogia, psicologia, nutrição, Serviço Social, Educação Artística, Ciências Sociais e outras áreas afins.

No de 1985 todos estes agentes comunitários foram contratados, pelo regime da CLT, por tempo indeterminado, vinculados ao FUNDO-RIO, passando a fazer parte do quadro de servidores da prefeitura.

Apesar de a proposta de participação comunitária ser também uma forma de os governantes controlarem os movimentos de oposição, captarem lideranças e baratarem custos dos serviços prestados utilizando mão de obra local, o fato é que aos favelados também interessava essa aproximação. Podiam tirar, também eles proveito dessa nova secretaria, obtendo dela recursos para serviços básicos que asseguravam e legitimação e a continuidade de iniciativas comunitárias. (TIRIBA,1992 p.25)

Nessa ótica de união de interesses a intervenção da secretaria foi se dando dentro das favelas, nesta época os serviços já tinham sido estendidos além da Rocinha para o Vidigal e Cantagalo.

Em 1986, a intervenção da Secretaria nas escolas e creches comunitárias foi institucionalizado como “Programa de Atendimento a Criança” cujo atendia a criança de 0 a 6 anos em creche com horário integral ou pré-escola em horário parcial este programa se expandiu com a construção de novas unidades.

No que tange a expansão das creches, antes explicitada, existe um fato que é visível em todos os documentos desta secretaria é a ênfase em sempre incentivar que esta expansão fosse acompanhada e dirigida pela mobilização comunitária. Em um trecho de um documento sem título desta secretaria com data de 14/02/1986 e assinado por Manoel Sergio Valim que na época era assessor chefe da acessória de projetos encontramos uma tentativa para justificar tal fato:

Assim compreendemos que a intervenção da secretaria nas áreas abordadas deverá se dar ao nível de contribuir para o fortalecimento das organizações populares, mantendo-as de forma independente do domínio do aparelho governamental.

A participação de pais, não só nos debates e reuniões comunitárias de creches e escolas, mas também nos trabalhos práticos destes núcleos será fundamental; não para que o Governo economize verbas nestas áreas mas para que efetivamente contribuamos para com a organização comunitária.

E a escola ou creche comunitária terá como objetivo se transformar num centro não apenas infantil mas que reúna pais, trabalhadores, desempregados, mulheres, que participem de sua vida e aprofundam o debate sobre o encaminhamento de soluções de seus problemas; ou vamos acreditar que os problemas da infância possam encontrar soluções desligados do quadro geral da sociedade?(Manoel Sérgio Valim, Assessor chefe da Assessoria de Projetos da Prefeitura do Rio de Janeiro)

No ano de 1988 com a Constituição Federal que legitimou a creche e pré-escola, a secretaria ganhou um “peso político” que faltava.

A constituição, no Art. 7 incisos XXV, estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes entre zero e seis anos de idade em creches e pré-escolas, ampliando o que a CLT, de 1942, já consagrava como direito das mulheres que contarem com espaço e horário na jornada de trabalho para amamentação de seus filhos.

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 também estabelece que:

Art. 205: A educação é direito de todos, e por inclusão, também das crianças de zero a seis anos.

Art.208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - Atendimento em creche pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Art.211: A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

1 – A União organizara e financiara o sistema federal e dos Territórios e prestara assistência técnica e financeira aos Estados e Município para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário a escolaridade obrigatória

2 – Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

A lei Orgânica do Município será efetivada assegurando:

III - O atendimento obrigatório, gratuito e especializado, em creche, às crianças de até 3 anos em horário integral, e em pré-escola, às crianças de 4 a 6 anos.

Portanto com a regulamentação da educação infantil como direito da criança e dever do Estado a SMDS recebe um “novo fôlego”, passando a assumir a creche como espaço sócio-educativo. E não mais apenas como uma alternativa para a mãe trabalhadora, ficando sob a responsabilidade do Município.

Em relação à contratação de funcionários para as creches passou a ser somente através de concurso público após o decreto jan/89.

Na década de 90 continuou ocorrendo à ampliação do numero de creches construídas e administradas pela SMDS. Em uma publicação de circulação interna desta secretaria temo isto demonstrado em um jornal contendo fotos de 6 creches que estavam sendo inauguradas.

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro está entregando, neste dia 3 de fevereiro de 1990, um total de seis creches e um posto de saúde. As creches têm capacidade para atendimento de 600 crianças. Com estas instituições, que serão integralmente administradas pela secretaria municipal de desenvolvimento Social a “prefeitura do Rio, através da SMDS, passa a responder pelo atendimento de mais de 30 mil crianças de comunidades carentes, em mais de 340 creche” (Informe da SMDS , 03/02/1990)

Ainda nesta publicação citada acima o então secretario da SMDS Pedro Porfírio explica que o Prefeito Marcello Alencar determinou o incremento do programa de creches, pois este era um dos compromissos partidários do PDT com a educação popular.

Esta referencia feita a creche como sendo uma das vertentes da educação popular, teve origem no inicio da SMDS, que na sua proposta original sempre incentivou a participação de membros da comunidade como responsáveis pelo atendimento as crianças. Desta maneira, Tavares (1993) afirma que “aparentemente democratizantes, estas políticas acabaram invertendo o lugar dos usuários dos serviços para o de co-responsáveis pela prestação de serviços, que na verdade são direitos dos cidadãos”.

Numa revisão de todos os fatos e aspectos organizacionais e metodológicos da SMDS, até agora expostos, percebe-se que o seu programa social de atendimento as creches era concebido e desenvolvido de maneira emergencial e de cunho paliativo. Não tinha o real interesse em cidadania, promoção social e autonomia. De modo que, como afirma Moysés Kuhlmann Jr., a assistência não era a grande vilã, mas a falta de vontade política em se pensar numa proposta educativa em que assistência e estímulo intelectual fossem contemplados.

As atividades realizadas com as crianças no interior das creches de caráter pedagógico, eram propostas pelos técnicos responsáveis pela supervisão destas instituições. Esses técnicos realizavam encontros com os agentes comunitários para a construção do planejamento de atividades. No entanto, essas ações eram em caráter informal, baseadas no diagnóstico pessoal desses profissionais no tocante as necessidades da clientela atendida. De modo que somente no ano de 1992 estas ações foram formalizadas e contempladas na proposta pedagógica da SMDS.

PARTE II

1992 - A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A partir de 1992, a SMDS através do seu “Departamento de Programas e Apoio às Creches e Escolas Comunitárias”, passou a traçar novas diretrizes e estratégias metodológicas, referentes à prática educacional exercida por este departamento e seus técnicos ao longo de sua ligação com as creches. Entretanto, foi necessário buscar subsídios teóricos para que a visão dos técnicos e a dos educadores sobre o que deveria ser realizado, oferecido e atendido pelas creches para que estas oferecessem o atendimento às crianças de zero a seis anos consonante ao que estabelecia a constituição de 1988.

Então, nessa busca de “entrelaçar formações” e “confrontar saberes”, foi designada uma equipe multidisciplinar, para desenvolver em conjunto com os educadores uma proposta curricular para creches e pré-escolas comunitárias, esta que foi publicada em maio de 1992.

Desse modo, a construção desta proposta definiu de forma explícita um “currículo” base para as atividades pedagógicas em creches. Esse currículo foi idealizado contando com as contribuições da prática dos agentes comunitários, das observações dos supervisores e fundamentado em vários estudos científicos que abordavam a temática infantil.

O que baliza o presente trabalho é antes de mais nada, todo o saber acumulado na teoria e na prática ao longo de uma década. A partir de agora, os técnicos e agentes educadores disporão de uma verdadeira bússola, apta a dar a direção de todo o trabalho, o que significa mais firmeza e segurança para um projeto que tende a ser expandido como resultado de uma consciência de direito social.

A publicação desta proposta tem o objetivo de dar unidade e criar condições de expansão do programa sem os riscos da massificação irresponsável. (Proposta Curricular Pedagógica para creches e pré-escolas comunitárias pg. 5, 1992)

Ao analisarmos a referida proposta, constatamos que logo na sua introdução ela traz o texto da Constituição de 1988, especificamente os artigos que definem o dever do Estado frente à educação da criança de 0 a 6 anos. Sendo assim, os autores deixam claro logo no início que a diretriz do trabalho proposto nesta publicação deveria ser voltada para a “construção de cidadania” das crianças. Diante desta afirmação podemos considerar que os ideais iniciais, que concebiam a creche somente como uma solução para as mães trabalhadoras e como forma de atender também a outras necessidades sociais das famílias, estavam sendo revistas e analisados por parte da SMDS.

Consoante a esse momento de reflexão e interesse da SMDS em rever e analisar as práticas educacionais, estabelecidas no interior das creches e supervisionadas e orientadas por seus técnicos, foi realizado o “1º Seminário Interno do Departamento de Programas e Apoio a Creches e Escolas Comunitárias”. Este seminário aconteceu entre os dias 28 a 31 de julho de 1992. O local de sua realização foi a UERJ, deste participaram a equipe técnica, agentes comunitários, coordenadoras e diretoras das creches. O seu tema básico era: *“Qual é o projeto para creches e pré-escola de horário integral no Rio de Janeiro?”*

Neste seminário o programa de Creche e Escolas Comunitárias começa a ser pensado no âmbito de proposta governamental, visando o atendimento pré-escolar nas favelas do Rio. De modo que a visão de uma pré-escola pública, democrática, de qualidade e com função pedagógica era a tônica do debate.

Nos anos de 1990, com a perspectiva de as creches e pré-escolas serem incorporadas ao Sistema de Ensino e passarem a ser consideradas a primeira etapa da educação básica, era preciso integrar as atividades de cuidado, realizadas nas creches com as atividades e cunho mais pedagógico nas pré-escolas. A solução conceitual encontrado foi o binômio educar e cuidar. (Kramer, 2005, pg 68.)

Questões relativas à função e ao papel da educação infantil foram levantadas e discutidas pelos participantes do seminário citado, visando à elaboração de uma proposta de ação coerente a realidade diagnosticada nas pesquisas da SMDS. De modo que o discurso oficial estava incorporando a noção de educar à antiga idéia de creche como lugar de, apenas, se “cuidar de crianças”. Consoante a essa idéia, novos avanços significativos foram sendo conquistados: como a formação em serviço, o incentivo a complementação da escolaridade, e construção de mais 40 creches comunitárias. Sempre atrelando o cuidar ao educar.

Não é possível educar sem cuidar. Temos aprendido isso não só pela revisão teórica, mas também no processo da pesquisa sobre formação de profissionais da educação infantil. (Kramer, 2005, pg.62)

Em janeiro de 1994, o Prefeito César Maia nomeou Wanda Engel como Secretária da SMDS. Essa nomeação sem sombra de dúvida foi um avanço para a SMDS, pois esta Secretária possuía grande experiência na área social. Neste mesmo ano, se deu o desmembramento da SMDS, surgindo as Secretarias de Habitação e Meio ambiente.

É importante destacar que com esse desmembramento, a Secretária deixou de ser vista como a “Prefeitura dos Pobres” que deveria atender a todas as demandas da população, como pode ser visto em um informe da SMDS em que anuncia a inauguração de algumas creches e assim como “outras obras da SMDS concluídas – esgoto sanitário – 4.000m”. (Informe da SMDS, 03/02/1990)

A partir daí, a SMDS passou a atuar somente com o programa de creches e os serviços sociais. Começando, então, a ser implantada uma política de assistência social, sob a responsabilidade do Município, como determinava a Constituição de 1988.

A municipalização do atendimento social começou efetivamente em 1995, quando a SMDS recebeu da Legião Brasileira de Assistência (LBA) seis prédios e dois Centros do Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), instituições hoje extintas. Ainda na gestão da secretária municipal Wanda Engel, com intuito de incentivar e valorizar a participação civil nas ações do município e implementar o atendimento da SMDS, foram criados os conselhos da criança e do adolescente (CMDCA), o conselho de assistência social o conselho de portadores de deficiência o conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE); conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CMDDPPD) e os conselhos tutelares.

Em razão da descentralização desta gestão a SMDS passou a ter uma base local utilizando a divisão em áreas de planejamento. Foram instituídas as coordenadorias regionais de desenvolvimento social (CRDS) com o objetivo de elaborar, juntamente com os diversos segmentos sociais da área, planos locais de atendimento social.

As CRs eram “mini-secretarias” formadas por equipes técnicas (pedagogas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas); eram as chamadas coordenadorias Regionais – CRDS, que subdividiram em:

CRI – Portuária; CR2 – Lagoa; CR2.2 – Vila Izabel; CR3.1 – Méier; CR3.2 – Ramos; CR3.3 – Madureira; CR4 – Jacarepaguá; CR5.1 – Bangu CR5.2 – Campo Grande; CR5.3 – Santa Cruz.

Segundo Tatagiba (2005), em sua tese de mestrado, no período em que Wanda Engel geriu a SMDS, a referida secretaria tinha como importante instrumento, na sua ampla política de atendimento às camadas pobres, o centro de referência chamado CEMASIs. Esses eram denominados como Centro Municipal de Atendimento Social Integrado e foram criados pela Lei 2459/96 com o intuito de concretizarem as ações descentralizadas desenvolvidas pela então SMDS.

Tendo como base a Lei orgânica do Município do Rio de Janeiro de 1990, que em seu artigo Art 325 determina:

1º- O Município assegurara recursos próprios para a instalação, funcionamento e manutenção de creches e unidades pré-escolares da rede municipal de ensino público e do sistema mantido ou apoiado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ou órgão que vier a substituí-lo, em cooperação com associações comunitárias e instituições da sociedade civil.” (LOAS, 1990, p.104)

A então secretária Wanda Engel, como justificativa de melhor formular uma política pública de assistência social e como reflexo da Política neoliberal estabelecida no Brasil a SMDS formou parcerias com diversas ONG’s que também atendiam o programa de creches.

A formulação de uma política pública de assistência social partiu do pressuposto que não só o governo é responsável pelas questões sociais. A implementação de programas sociais deve ter a participação da sociedade civil e do empresariado. Ou seja, a melhor estratégia para viabilizar uma política de assistência concebida a partir do debate com a sociedade civil é estabelecer uma política de parcerias. (Prefeitura sem data, p.60)

Em 1994, devido ao intenso aumento de convênios surge então na composição do quadro de funcionários das creches administradas pela SMDS, a nomenclatura “agente-bolsista” para designar os trabalhadores que eram remunerados pelas entidades que estabeleciam convênios com a prefeitura através de associações comunitárias, ONGs e entidades filantrópicas.

Para ser contratado por essas instituições o candidato precisava cumprir algumas exigências como morar na comunidade ou nas adjacências em que a

creche estava localizada. No que tange à escolaridade era preciso ter concluído o atual ensino fundamental para exercer as funções de agente cozinheiro ou agente lactarista, e o atual ensino médio para as funções de agente administrativo e agente educador (para este priorizava a formação em magistério) além da maior idade.

No decorrer do ano de 1994, a rede de creches e pré-escolas da SMDS, foi vinculada à Coordenação de Projetos para a primeira infância (CPPI). Esse atendimento em dezembro de 1994 já tinha se estendido a cerca de 16.200 crianças, em horário integral ou parcial em 221 unidades de apoio integral com servidores ou convenio com ao agente bolsista. Paralelamente a rede de creches vinculadas á CPPI existia uma rede de creches onde a SMDS só responsabilizava pelo apoio nutricional fornecendo a alimentação e a orientação alimentar e nutricional.

Em 1996 a SMDS em busca de unir todos os seus projetos ligados a creches. Criou o programa "Rio creche" que era definido como um programa de atenção integral à criança de 0 a 6 anos. Que deveria ser constituído por todos os avanços conquistados, com base na visão de homem, de sociedade e de conhecimento que a SMDS definiu como adequados à política sócio-educacional vigente,

No ano de 1998, um informativo da SMDS traz uma entrevista com a ainda secretaria da SMDS Wanda Engel, na qual ela fala sobre a passagem do atendimento da faixa etária de 4 a 6 anos para a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Com a publicação, em diário oficial, da resolução 405, da SMDS, de dezembro de 1997, que ratifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394 de dezembro de 1996, o programa Rio Creche passa a atender somente crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. Após essa faixa etária as crianças são encaminhadas às pré-escolas da Secretaria Municipal de Educação, para posteriormente ingressarem no ensino fundamental. Essa determinação significa, de fato um aumento do numero de vagas nas creches e a necessidade de reformulação das estruturas existentes. (Prefeitura 1997)

No município do Rio de Janeiro a Educação Infantil passou a estar sob a responsabilidade da SMDS e SME, no tocante a SMDS a faixa etária 0 a 3 anos na creche e a SME a faixa etária de 4 a 6 anos na pré-escola.

No final de 2000 o atendimento nas creches se encontrava da seguinte forma: 58.000 crianças atendidas em 458 creches públicas e conveniadas funcionando em horário integral de 10 horas, de segunda a sexta feira, em comunidades de baixa renda, priorizando as crianças em situação de risco e pobreza como: portadores de

HIV, portadores de deficiência, vítimas de violência, risco e pobreza absoluta, população de rua, desnutridos, filhos de presidiários, e ex-presidiários e outros analisados pela coordenação da instituição. Deste modo este programa se caracterizava como uma das ações protetivas da SMDS.

Quanto aos profissionais que trabalhavam com as crianças eram denominados recreadores, possuíam vínculo empregatício com a PCRJ ou com parceiros, no caso de convênio tinham preferencialmente que ter o ensino médio completo e eram selecionados para trabalharem na própria comunidade

PARTE III

“CRECHE É EDUCAÇÃO E NÃO ASSISTÊNCIA”

Esta frase foi dita pelo atual secretário da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) Marcelo Garcia a fim de explicar porque era favorável a mudança das creches para a SME, Secretaria Municipal de Educação.

Ainda, mencionando o trabalho feito com creches que a secretaria realizava, Marcelo Garcia comenta que “este não é o papel da Assistência, mas, sim, da Educação e que o trabalho desta consiste em possibilitar que a criança chegue até a creche” (SMAS, 2004, p.20).

Em vários documentos elaborados pela SMDS, após a LDB/96, é frequente encontrarmos a afirmação que este atendimento em creches deveria deixar de ser prestado por esta secretaria e incorporado à secretaria de educação.

“É claro que com a LDB de 1996, a tendência é a SME assumir a faixa etária de 0 a 6 anos, mas enquanto isso não acontece, seguimos trabalhando em parceria”.(Prefeitura do Rio, 12/2000)

Essa referida “parceria” foi estabelecida em 1994 quando foi revitalizado o compromisso de implementação de uma política articulada com relação à criança de 0 a 6 anos no município do Rio de Janeiro. Esta política articulada entre a SMDS/SME foi oficializada durante um seminário realizado em abril de 1994 contando com a presença das duas secretárias, Regina Assis (SME) e Wanda Engel (SMDS). Ambas assumiram o compromisso de uma política articulada de Educação Infantil. No entanto, essa articulação ainda estava restrita, num primeiro momento, ao acesso direto das crianças oriundas das creches à pré-escola, sem que ocorresse de fato um intercâmbio no que tange a prática pedagógica. Tal fato somente começou a acontecer no ano de 2001, ano em que a transição das secretarias começou a ser cogitada.

Sendo assim, para que ocorresse a transferência das instituições de educação infantil da SMDS para a SME, em agosto de 2000, o conselho Municipal de Educação, que é o órgão normativo do sistema, através da Deliberação E/CME n 03/2000, fixou normas para a autorização de funcionamento das creches conveniadas. Tal deliberação, consonante a legislação federal vigente, estabeleceu os parâmetros para o desenvolvimento do trabalho voltado para as crianças atendidas em instituições particulares, comunitárias filantrópicas e confessionais.

No ano seguinte, foi instituído um Grupo de Trabalho, através da Resolução “P” n 592, para promover o levantamento de dados concernentes ao funcionamento das creches vinculadas ao poder público municipal e propor medidas a serem adotadas no processo de transição e incorporação à estrutura organizacional da SME, em um trabalho conjunto com três representantes da SMDS e da SME. No final de 2001, o mapeamento da situação evidenciava o seguinte panorama: 468 creches com algum tipo de vínculo com a prefeitura, atendendo a um total de 39.508 crianças entre 0 e 6 anos, sob a responsabilidade de 4060 trabalhadores (468 diretores de creches, 2.642 refreadores, 110 lactaristas, 642 cozinheiras e 407 auxiliares de serviços gerais). Sendo assim, verificou-se que os vínculos da prefeitura com as instituições atendidas eram os seguintes:

- Atendimento integral – Em creches que funcionavam em prédios públicos, num total de 187 unidades, em sua maioria CEMASIS.
- Atendimento em convênio de apoio integral – Creches que funcionavam em prédios não pertencentes à prefeitura, mas esta assumia para si toda a responsabilidade de atendimento. Tais instituições totalizavam 131 unidades.
- Atendimento em convênio de apoio nutricional – Creches comunitárias em que a prefeitura apenas custeava os gêneros alimentícios e a supervisão nutricional das mesmas.
- Atendimento indireto do convênio SEAS (Secretaria de Estado e Assistência Social) – Creches comunitárias que recebiam verba do governo federal através da prefeitura.

Diante de tais dados, o GT apresentou o relatório de conclusão que, entre outras questões, constatava a satisfação de 90% dos pais com a instituição de educação infantil freqüentada por seus filhos. Tal fato conferia “a responsabilidade” da SME em manter a qualidade do serviço existente, até então, oferecido pela SMDS, sem contar a recente designação de introduzir o atendimento educacional. Além disso, ressalta a urgência em selecionar e capacitar profissionais da SME para atuarem como supervisores das creches localizadas em prédios públicos a fim de garantir a vinculação pedagógica da SME.

Na verdade, entre outras medidas o GT propôs que a SMDS e a SME, no período de transição de gestão, deveriam compartilhar a gestão das creches

vinculadas à prefeitura. De maneira que a supervisão pedagógica das instituições localizadas em prédio público, também deveria ser compartilhada e assim a SME assumiria integralmente as creches públicas a partir de 2002, de forma que no final de 2003, as instituições conveniadas também já estivessem vinculadas à área educacional. Nesse sentido, as recriadoras que trabalhavam nas creches deveriam ser gradativamente substituídas por professoras, aceitando-se que, inicialmente, em cada creche houvesse até 50% de profissionais em formação. O GT sugere ainda a criação de um departamento ou diretoria de educação infantil na estrutura do departamento geral da educação. Tudo isso para que fosse realmente caracterizada a mudança estrutural e ideológica dessas instituições.

De acordo com os apontamentos do Grupo de Trabalho, havia a urgência de elaboração imediata de um documento que se formaliza a integração gradativa das creches da SMDS para a SME. Sendo assim, o prefeito César Maia, assinou o Decreto n 20525, em 14 de setembro de 2001. No qual formalizava a integração progressiva sugerida pelo Gt. Tal integração seria realizada em três etapas, conforme a ordem abaixo⁴:

1ª. etapa– Até 31 de dezembro de 2001 deverá ser transferida a responsabilidade de supervisão de todas as instituições de educação infantil.

2ª. etapa - Até 31 de dezembro de 2002 serão transferida as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público municipal.

3ª. etapa – Até 31 de Dezembro de 2003 serão cumpridas pela SMDS os convênios firmado pelo município, através daquela Secretaria com instituições comunitárias conveniadas, tendo por objetivo o apoio a educação infantil.

Após este decreto, aparentemente, os encaminhamentos e as decisões políticas passaram a ter a ótica e os investimentos provenientes da Educação.(Sousa, 2006, pág.12)

Este decreto de 2001 ainda definia que uma comissão de transição deveria ser formada com o objetivo de acompanhar todo o processo de integração das creches ao Sistema de Ensino da Educação. Tal Comissão de Transição foi formada

⁴ Dados pesquisados na tese de mestrado de Renata Guimarães de Oliveira- Infância, Cidadania e Educação - 2007.

em 05 de novembro de 2001, pela resolução n 364/2001, através de designação do Secretário da SMDS, Marco Vales e da Secretária de Educação, Sonia Mograbi, com representantes da SMDS e SME.

Em paralelo ao decreto n° 20525 de 2001, foram divulgados pelo Conselho Municipal de Educação dois documentos importantes: a Deliberação n° 06/2001 e a Deliberação n° 07/2001. A primeira citada fixava normas complementares à deliberação n° 03/2000, com algumas diretrizes para o credenciamento ao conselho Municipal de Educação e o funcionamento das creches comunitárias, traçando parâmetros para o convênio com a prefeitura. Já a segunda deliberação solicitava que as instituições conveniadas apresentassem na CRE uma série de documentos para registrar sua situação em termos de capacidade máxima, tipo de atendimento, bem como a identificação da identidade mantenedora e do seu representante legal.

No tocante aos aspectos administrativos diretos das creches conveniadas, um ano mais tarde, o decreto 21259 de Abril de 2002 foi promulgado com o objetivo de dispor sobre a alocação de servidores da SME em creches e tratar da substituição dos diretores das creches de prédios públicos gerenciados pela SMDS, por servidores da SME. Segundo pesquisas realizadas junto aos documentos, observa-se que o limite de 31 de dezembro de 2002 para a transferência das instituições de educação infantil mantidas pela Prefeitura para SME não foi respeitado. De modo que os diretores de creches ligados à SMDS foram dispensados, em massa, de sua função ao final do ano de 2003, orientados a aguardar, nas creches, a entrada dos professores indicados pela CREs para o repasse dos trabalhos. Esses professores assumiram a direção das creches, que passaram para a rede pública municipal de ensino, a partir de abril de 2003.

Vale ressaltar que, paralelamente à formação da comissão de Transição, foi criada em 2002, através de Decreto n° 21671 de julho de 2002, uma Comissão Gestora no âmbito da secretaria Municipal de Educação, de Desenvolvimento Social, de Administração, de Fazenda e pelo Fundo Rio, pela Procuradoria Geral do Município e pela Controladoria Geral do Município. Esta comissão teria como uma de suas incumbências acompanhar a transferência de responsabilidade pelo atendimento da educação infantil, de creches da SMDS para a SME e conduzir os procedimentos necessários à alocação de servidores da Secretaria Municipal de Educação nas mesmas.”

Desse modo, no que tange ao processo de integração da educação infantil ao sistema municipal de educação do Rio de Janeiro tem-se, no primeiro semestre de 2003, o seguinte panorama⁵:

- As instituições de educação infantil na modalidade pré-escola já se encontravam sob a responsabilidade da Educação desde a resolução conjunta de 1997 firmada entre a SMDS e SME, em que a SMDS permaneceria responsável apenas pelo atendimento a criança na modalidade creche, 0 a 3 anos de idade, ficando a faixa etária de 4 a 6 anos sob total responsabilidade da SME.
- As instituições de educação infantil na modalidade creche, que eram mantidas integralmente pelo poder público municipal, inclusive funcionando em prédio público municipal, passaram a constituir o sistema municipal de ensino e as instituições constituíram-se efetivamente como creches públicas municipais a partir do início de 2003, ultrapassando, portanto, o prazo inicial de dezembro de 2002,
- As instituições de educação infantil na modalidade creche de caráter comunitário que eram conveniadas ao município, recebendo apoio do poder público, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento permaneciam conveniadas à SMDS, mas deveriam finalizar tal convênio até dezembro de 2003, sendo transferidos para SME, ainda mediante a política de convênios.

Sendo assim, a integração das instituições infantis à SME se deu primeiramente com a incorporação das pré-escolas e creches da SMDS que recebiam apoio integral e funcionavam em prédios públicos. As instituições transferidas, a partir de 2003, em sua maioria, constituíam os CEMASIS⁶

Uma vez que todas as creches com convênios integrais foram incorporadas pela SME restou apenas a transferência das creches comunitárias que não se adequaram às exigências da Secretaria Municipal de Educação: para regularização da sua situação enquanto "instituição de ensino" e a manutenção do convênio com a prefeitura.

Acompanhando este novo momento das creches no âmbito da Educação, foi criada a nova carreira funcional de "agente auxiliar" no quadro permanente do Poder

⁵ Dados pesquisados na tese de mestrado de Renata Guimarães de Oliveira- Infância, Cidadania e Educação - 2007.

⁶ CEMASI - Centro Municipal de Atendimento Social Integrado

Executivo do Município do Rio de Janeiro. Dessa forma, essa categoria tendo sido regulamentada pela Lei nº 3985, de abril de 2005, passou a fazer parte do Quadro de Pessoal de Apoio à Educação. A fim de possibilitar o acesso a esta categoria foi realizado um concurso público de provas e títulos. Até o término desta monografia, este referido concurso estava na fase de aprovação de títulos dos seus candidatos.

Considerações Finais

Este trabalho abordou a história das creches comunitárias vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS) que desde o seu início em 1979, ao longo dos anos, e a cada gestão, vem passando por momentos de reflexão e mudanças profundas.

O primeiro momento dessa história, o ano de 1980, caracterizado pela visão assistencialista no tocante à criança, o discurso que definia grande parte dos trabalhos com a infância no “Terceiro Mundo” era concretizado em programas de guarda e alimentação infantil, ao mesmo tempo em que liberava as mulheres para o trabalho.

Podemos afirmar que no início da SMDS esta secretaria não tinha um compromisso formal firmado com o atendimento à criança de zero a seis anos. Na verdade, o que existia era um atendimento “pontual”, marcado pelo assistencialismo que tinha o objetivo de responder a demanda por parte das mães trabalhadoras em ter um “lugar seguro” para deixar seus filhos. De maneira que o caráter emergencial desse atendimento, portanto, a falta de diretrizes a respeito das atribuições profissionais, bem como da função dessas creches no atendimento às crianças e suas famílias configurou a idéia de “creche para os pobres”. Um dos fatores que pode ser apontado como causa da desorganização da SMDS frente ao atendimento nas primeiras creches era a variedade de projetos sociais pelos quais esta era responsável pela implantação ou apoio nas várias comunidades de baixa renda do Município do Rio de Janeiro. Sendo assim, o Projeto de Atendimento a Criança era apenas mais um deles.

A partir de 1986, os projetos existentes de atendimento à criança, foram fundidos no programa de Atendimento à Criança (PAC), havendo modificações na sua estrutura e forma de administração. Já em 1988, tendo como referência à Constituição Federal de 1988, a SMDS reconhece a função pedagógica da creche comunitária e passa adotar uma proposta de creche como direito da criança e dever do Estado. Nessa perspectiva é inserida a Proposta Pedagógica Curricular, sistematizada em 1992, se tratava de um fruto de uma trajetória de 10 anos, cujo objetivo era sistematizar a direção pedagógica deste segmento.

No decorrer da Década de 90 a SMDS, avançou muito, tendo em vista, que assistência social adquiriu caráter de política pública, a partir Constituição de 1988, concretizando-se como direito de cidadania e dever do Estado na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – n.º.742 de 07/12/93). Portanto, em conjunto com os estudos sobre a importância da Educação Infantil esta secretaria investe em melhorias tanto em nível organizacional como na melhoria do atendimento as crianças. Foram promovidos capacitações, cursos e incentivos ao aumento de escolaridade por parte da profissional que atuava junto às crianças.

A partir do ano 2000 a SMDS que iniciou todos os trabalhos com creche, assumiu a missão de vincular as creches atendidas pela prefeitura ao sistema educacional, SME⁷, Efetuando-se assim o ordenamento legal da Educação Infantil e configurando o caráter prioritário, não excludente, da Educação frente a Assistência Social.

⁷ Secretaria Municipal de Educação

BIBLIOGRAFIA:

- BRASIL, Lei nº9.394,20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- CENTRO DE ASSESSORIA DO MOVIMENTO POPULAR- CAMPO- 15 anos.*Uma história em campo 1987-2000.*
- *Creches e Escolas Comunitárias*, SMDS – RJ 14/11/1986.
- GÓIS, Eronilda Maria . 2003.Educação Infantil, Percurso , Percalços, Dilemas e Perspectivas. Bahia, Editus
- HADAD, Lenira. *A creche em busca de identidade*. São Paulo: Loyola, 1991.
- Informativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro-1990.
- Informativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro-08/07/1998.
- KRAMER, Sônia e LEITE, Maria Isabel. *Infância fios e desafios da pesquisa*. 1996 Campinas: – Papyrus.
- KRAMER, Sônia - *Profissionais de educação infantil: gestão e formação* São Paulo: Ática, 2005
- KUHLMANN, Moysés Jr., *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- OLIVEIRA, Renata. *Infância, Cidadania e Educação: Um estudo de integração da creches comunitárias ao Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, 2007* , Dissertação (mestrado em política social) Universidade Federal Fluminense,Niterói,2007.
- OLIVEIRA, ZM e MELLO, AM T Vitória, MCR Ferreira - *Creches: crianças, faz de conta & Cia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.
- Memorial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – 2004.
- In: *Presença Pedagógica- Movimentos Sociais na Construção de uma Política de Educação Infantil*. Vol.08, nº44/mar-abr.2002
- Moreira, Antonio Flavio Barbosa. *Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços*. In: *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 73, Dezembro/00- Págs 1. 109.
- *SME/RJ -<http://www.rio.rj.gov.br/sme/index.php>*
- SOUZA, Sandra Cristina F.de *Um berçário público no Município do rio de Janeiro: Vozes em elos de singularidade e coletividades*. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- TATAGIBA, Ana Paula. *O que os olhos não vêem – Práticas e Políticas em Educação Infantil no rio de Janeiro*. 2005. Dissertação (mestrado em política social) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- TAVARES , Maria Tereza Goudart. *A visibilidade que (quase) ninguém vê: A relação entre etnia, pobreza e exclusão na trajetória das creches comunitárias nas favelas cariocas*. In: *Caderno Cedes*. Campinas- Papyrus,1998.
- TIRIBA, Lea. *Buscando caminhos para a pré-escola popular*. São Paulo: Ática, 1992..



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE
Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A): Vanessa Barbosa da Brito (19992351128)

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Creche na Assistência: o atendimento pontual para quem não podia contar nem esperar pela elaboração de propostas pedagógicas educacionais

ORIENTADOR(A): Sandra Cristina Ferreira de Sousa

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Claudia de Oliveira Fernandes

Nota: 7,0

Considerações:

O trabalho cumpre o mínimo exigido para um trabalho de curso monográfico, apresenta um histórico bem feito da instituição, das creches mas que apresenta alguns problemas: o resumo não corresponde ao que é apresentado no trabalho; há necessidade de revisão de digitação e o formato / formatação de parágrafo. O título da monografia não corresponde ao fato apresentado.
Sugerir-se-ia recomendações acima sejam feitas para uma nova impressão do trabalho a ser entregue para apresentação na Escola de Educação.

DATA: 19/12/2007

Assinatura: Claudia de Oliveira Fernandes

Vanessa Barbara Brito

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: SANDRA CRISTINA FERREIRA DE SOUSA

Nota: 7,5

Considerações:

A monografia em questão buscou discutir as políticas públicas para as crianças do município do Rio de Janeiro sob a perspectiva da assistência durante o período entre os anos de 1949 e 2002. O tema é atual e relevante, contendo as tensões que envolvem o atendimento às crianças pequenas das classes populares e as contradições presentes em nossa sociedade capitalista, como a divisão da sociedade em classes sociais e o agravo gerado pela lógica do capital. O processo de orientação foi dificultado por longos períodos de afastamento da aluna da Universidade. Assim, o texto criou uma situação relevante na área de educação infantil, como o fato de haver creches ainda na SMAS (Sec. Mun. de Assistência Social) pelo Programa de Assentamento Populares II. A aluna deve revisar as páginas 16, 19 e 24, que contém equívocos.

Data: 17/12/07

Assinatura: Jandir Edson

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: _____

Considerações:

O trabalho contém os principais elementos de uma monografia.

Data: 19.12.07

Assinatura: Janaina S.S. Menezes

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
7,0	7,5	8,0	7,5